

.....

*O presente artigo pretende expor observações e análises de um estudo realizado com os instrutores que ministram cursos de Qualificação Profissional em Mato Grosso do Sul.*

Palavras-Chave: Qualificação profissional,  
Trabalho docente

*Observations and analysis were made about some courses to training persons for Professional Qualifying realized in MS Brasil.*

*Keywords: Professional qualifying,  
Training works*

# Um "Olhar" sobre os Cursos de Qualificação Profissional em MS\*

Marly Teixeira  
Morettini

Pedagoga e mestre em  
Educação pela Universidade  
Federal de Mato Grosso do  
Sul. Professora do Depto. de  
Educação/CCHS-UFMS.

## Introdução

A idéia deste trabalho surgiu da necessidade de se avaliar qualitativamente os cursos realizados pelo PEQ/MS em 1999, a partir da linha de pesquisa do Curso de Mestrado em Educação - "Educação e Formação Profissional". Para tanto, foram escolhidos os instrutores que ministram os referidos cursos, por se entender a importância que a qualidade dos recursos humanos pode exercer na dinâmica desse processo; o que não significa, de forma nenhuma, responsabilizar somente os professores pelas questões que se colocam.

A proposta foi analisar como os instrutores entendem a Educação Profissional e como vêem a difícil relação que se estabelece entre a atividade docente que executam e as questões do mundo do trabalho, a partir da compreensão que eles têm, e do significado que atribuem às próprias experiências.

Entende-se que na atividade que realiza diariamente, o professor vai se apropriando de conhecimentos,

---

\* Artigo baseado no relatório de acompanhamento do projeto realizado junto aos cursos propostos pelo plano estadual de Qualificação Profissional em MS - PEQ-MS/1999.

concepções elaboradas nos diferentes espaços de aprendizagem em sua formação acadêmica ou em serviço, em leituras e discussões, nas vivências do ensino, nas relações com os outros, enfim, nas tantas vivências sociais estabelecidas.

Nesse sentido, não foi objetivo deste trabalho avaliar a competência dos instrutores, até porque essa é uma questão muito difícil, mas tentar compreender quais são as suas concepções, como vêm as propostas dos cursos, como entendem a relação desse trabalhador que busca um curso de qualificação com o mercado, através das representações que eles vão encadeando em seus discursos.

## *Metodologia*

Para coletar as informações foram utilizadas entrevistas livres, semi-estruturadas e observações em sala de aula.

O projeto desenvolveu-se no ano de 1999 e envolveu instrutores que ministram disciplinas nos cursos de Qualificação Profissional; coordenadores pedagógicos dos cursos e alguns elementos que coordenam os projetos das Unidades Executoras em Campo Grande, Aquidauana e Anastácio. Ao todo, foram ouvidas 15 (quinze) pessoas ligadas diretamente aos cursos do PEQ, escolhidas aleatoriamente.

Não houve critério determinado para a seleção dessas pessoas - optou-se pela diversidade em relação à idade, experiência, sexo, grau de escolaridade, tipos de cursos, em função do interesse deste trabalho.

Para a análise dos dados coletados foram importantes a compreensão do homem como um sujeito histórico-concreto que leva a uma visão menos fragmentada do psiquismo humano, e os estudos sobre a educação como prática social e sua relação com o trabalho.

O projeto contou com momentos considerados importantes:

- as entrevistas realizadas com os instrutores dos cursos de qualificação profissional;
- as entrevistas com os coordenadores dos referidos cursos;
- as entrevistas com elementos responsáveis pelos projetos das Unidades Executoras dos cursos;
- as observações em sala de aula;
- a análise do material utilizado nos cursos.

Entre os materiais analisados destacam-se:

- Cidadania e Direitos Humanos - Projeto Saber - 1999.
- Apostilas elaboradas pelas Unidades Executoras (1999):
  - Técnicas de Vendas
  - Eletricista
  - Pintor de Obra
  - Apostila de instrutor de curso de pedreiro
  - Secretariado
- Plano Estadual de Qualificação. Mato Grosso do Sul. 1999 - 2000.
- Oferta de empregos e o perfil das vagas no município de Campo Grande-MS - SAST - 1999.

A idéia que serviu como referencial, desde o início, foi a de colaborar, através de análise dos dados e das informações coletadas, para a melhoria dos Programas de Educação Profissional em MS.

## *Resultados e Discussão*

### **A respeito dos instrutores que ministram cursos de Qualificação Profissional**

Ao se tentar compreender quem é o instrutor que ministra cursos de qualificação profissional, não se pode deixar de observá-lo em seu contexto de trabalho. Estudos realizados<sup>1</sup> apontam para a importância da atividade do homem, planejada mentalmente, como traço que o caracteriza e o diferencia dos animais.

Para Leontiev (1978), é a atividade externa que “desbloqueia” o círculo dos processos mentais internos e abre-o para o mundo objetivo.

Nessa perspectiva, a atividade humana é entendida como uma forma complexa de relação do homem com o mundo, direcionada a um fim consciente.

<sup>1</sup> Trabalhos dos estudiosos que têm como matriz de suas teorias, o materialismo histórico.

A compreensão da atividade humana como categoria é importante para a explicação dos processos psicológicos porque envolve o homem em seu contexto histórico.

Os instrutores são pessoas que trabalham ministrando aulas nos cursos de Qualificação Profissional, realizando um tipo de trabalho entendido como não-manual.

Entende-se o trabalho docente como um trabalho não produtivo (gera mais-valia para outros setores), assalariado e de utilidade para a sociedade, mas que não se configura de forma totalmente alienada e nisto reside a sua especificidade. O professor, como muitos autores afirmam, ainda goza, dadas as condições em que se realiza a atividade docente, de uma “certa” autonomia sobre o seu processo de trabalho. O professor é um funcionário que pertence às classes médias da população, pela natureza do trabalho que realiza.

Refletir sobre a atividade que o instrutor realiza significa revê-lo em suas relações sociais, na especificidade da tarefa que executa, e recuperar a atividade para tentar compreendê-lo implica em observá-lo em seu contexto, diante do qual adota posições e atitudes.

Os instrutores pesquisados são homens e mulheres - nesse espaço não houve predomínio de mulheres, conforme atestam trabalhos anteriores<sup>2</sup> - concentrados na faixa de 25 a 48 anos, casados na maioria, com filhos. A presença de ho-

mens, diferentemente dos cursos de Magistério, deve-se à tal parte prática dos cursos (pedreiro, pintor, eletricista) e ao fato da equipe de coordenação dos sindicatos que ministram cursos, ser formada por homens, em sua maioria. O nível de instrução varia de 1º grau incompleto a 3º grau com Especialização.

Os instrutores que possuem níveis mais baixos de escolaridade são os que ministram as chamadas “Habilidades Específicas” (“a parte prática”) nas propostas dos cursos que seguem a orientação do Planfor e que exige como currículo mínimo: Habilidades Básicas, Habilidades Específicas e Habilidades de Gestão. Os instrutores com maior nível de instrução são os que ministram as Habilidades Básicas (“a parte teórica”) e as Habilidades de Gestão. Estes últimos geralmente pertencem à equipe permanente da Unidade Executora<sup>3</sup> (que os coloca como contra-partida nos projetos) ou são contratados, de última hora, às pressas, quando é liberada, para as referidas unidades, a verba para os cursos.

*“Os instrutores são escolhidos assim - a gente faz uma divulgação no jornal, mas já temos o efetivo - 6 instrutores permanentes, só que, quando chega o recurso, em outubro geralmente, a gente precisa de 40, aí tem que correr atrás dos outros”.<sup>4</sup>*

Os instrutores que possuem nível sócio-econômico mais baixo afirmam que

*A compreensão da atividade humana como categoria é importante para a explicação dos processos psicológicos porque envolve o homem em seu contexto histórico.*

<sup>2</sup> Cf. Trabalhos de MELLO, G. N. (1982); PEREIRA, L. (1969); GATTI, B. (1994); ROSEMBERG, F. (1994).

<sup>3</sup> Unidades Executoras são as instituições cadastradas para desenvolver projetos de cursos na área de qualificação profissional.

*“Os instrutores são escolhidos assim - a gente faz uma divulgação no jornal, mas já temos o efetivo - 6 instrutores permanentes, só que, quando chega o recurso, em outubro geralmente, a gente precisa de 40, aí tem que correr atrás dos outros”.*

<sup>4</sup> Todos os depoimentos presentes neste trabalho referem-se às pessoas entrevistadas. Muitos coordenadores do curso, são instrutores também, porque pertencem à equipe da Unidade Executora.

gostam de participar dos cursos porque essa é uma possibilidade de aumentar a renda familiar, e os que possuem nível sócio-econômico mais elevado arriscam-se a falar em expectativas que os cursos oferecem, mas queixam-se do valor da hora/aula e demonstram frustração com os resultados do trabalho.

*Entretanto, todos os instrutores acabam afirmando que aceitam ministrar cursos porque entra um dinheiro a mais (mesmo pouco) no orçamento doméstico.*

*“uma h/a por R\$ 10,00? É possível?”*

*“na avaliação do PEQ, eu queria que aparecesse uma pergunta em que eu pudesse colocar que as horas que a gente ministra não são suficientes para qualificar<sup>5</sup> ninguém; elas podem até preparar, se a gente quiser pensar assim, mas qualificar... mas, não existe espaço na avaliação...”*

Para os instrutores que têm nível sócio-econômico mais baixo, que coincide com o menor grau de escolaridade (1º grau incompleto), a oportunidade de trabalhar como instrutor parece interessar bastante.

*“eu acho muito bom ter essa oportunidade de trabalhar...”*

Entretanto, todos os instrutores acabam afirmando que aceitam ministrar cursos porque entra um dinheiro a mais (mesmo pouco) no orçamento doméstico. Este fato remete à pesquisa de Pessanha (1995), que pergunta: *“que profissão é essa, cuja escolha parece estar mais relacionada às estratégias familiares do que às características do trabalho realizado e até mesmo ao mercado de trabalho?”*<sup>6</sup>

Sabe-se que o trabalho pedagógico, neste século no Brasil, passou de um modelo tradicional, de forma não burocrática, em que o professor gozava de autonomia em relação ao ensino e à

organização do trabalho, para um modelo completamente burocrático, dito tecnicista, que trouxe consigo a divisão de tarefas, as formas de controle, a hierarquia e conseqüentemente a diminuição da autonomia do professor em sua própria atuação. É nesse sentido que Apple (1991), coloca seus estudos sobre a separação entre concepção e execução no trabalho do professor.

O autor questiona se o professor estaria perdendo o controle sobre o próprio trabalho,

uma vez que o controle do ensino está se movendo tanto para dentro, como para fora. Observa que o controle sobre o ensino e sobre o currículo está cada vez mais sendo retirado de dentro da sala de aula e atribuído a corpos legislativos e administrativos, e os professores estão se transformando em executores isolados dos planos, procedimentos e avaliação dos outros.

Embora essas reflexões refiram-se ao trabalho docente realizado no contexto escolar, a questão da organização dos cursos de qualificação profissional não foge disso. Os cursos, geralmente se transformam em treinamentos, em que os instrutores seguem um programa determinado pela Unidade Executora (listagem de conteúdos) que, por sua vez, é determinado pela política de Educação Profissional, em nível nacional.

*“a carga horária, a gente segue um padrão quase nacional de 70, 75, 90 h/a; mas também nesse caso há um certo engessamento do Ministério do Trabalho, porque quando você define montante e meta, fica definido automaticamente quantas pessoas, você vai atender e isso define a carga horária; eu acho que a gente deveria ter a possibilidade de definir”.*

*“para os efetivos, além da Formação de Formadores (que é obrigado) nós temos desen-*

<sup>5</sup> Os grifos são do trabalho.

<sup>6</sup> “A trajetória histórica da categoria profissional professor primário no Brasil, após a década de 60” - UFMS/1995.

*volvendo documentos, preparação de apostila, como utilizar a apostila e os instrutores vêm desenvolvendo isso nos cursos”.*

É dessa forma que os instrutores se transformam em meros repetidores de propostas (apostilas) elaboradas por outros,

*“nós damos uma material, em forma de sugestão para as Unidades Executoras trabalharem”.*

e como não há avaliação no final dos cursos, nem a Unidade Executora se reúne com os instrutores para discutir o trabalho realizado - terminado o curso, cada um vai para o seu lado - (a não ser os que pertencem à equipe permanente, e que também não se reúnem) não existe reflexão encima dessas questões e a Unidade Executora continua recebendo “o seu material” como sugestão e que é reelaborado ou repassado para os instrutores trabalharem nos cursos.

*“é bom falar sobre essas coisas que a gente não fala na avaliação do PEQ”.*

## *De materiais oferecidos como sugestão e de apostilas; da difícil e mal-compreendida relação teorial/prática.*

As Unidades Executoras dos cursos de qualificação profissional “parecem” gozar de autonomia para organizar os seus cursos

*“a orientação do PLANFOR é feita em linhas gerais, porque cada caso é um caso, nós aqui, nos organizamos com os sindicatos filiados”*

mas recebem da SETER (Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Renda), responsável pela execução da política do PLANFOR, em MS, um material, como sugestão para ser utilizado (ou não) nos cursos organizados. Esse material, que contém um currículo mínimo, pode ser repetido na íntegra (ou não), mas acaba sendo, pelo menos em linhas gerais. A parte que corresponde às Habilidades Básicas é sempre mantida; o que varia é a parte referente às Habilidades Específicas, diferente em cada curso (pintor, pedreiro, eletricista,

etc). Nesse sentido, a equipe da Unidade Executora organiza um material (apostila) que é entregue ao instrutor para ser utilizado. O instrutor toma conhecimento do material a ser usado nos cursos e o “trabalha” com seus alunos. Existe uma apostila para os instrutores e outra para os alunos.

Os assuntos da apostila dos instrutores são discutidos nos cursos de Formação dos Formadores, que

*“acontecem” no final do ano - a capacitação é requisito básico para o instrutor ministrar cursos; o governo propõe as bases, através do Ministério do Trabalho”*

mas, só os instrutores que pertencem às equipes permanentes fazem esses cursos, porque os outros são procurados às pressas, quando saem as verbas para os projetos.

Segundo a política do PLANFOR, a qualificação profissional hoje, passa a dar lugar a uma nova idéia, a de **competência**, e para que ela seja conseguida propõe que sejam trabalhadas nos programas de Educação Profissional dimensões variadas: cognitivas, motoras e atitudinais, através das chamadas Habilidades que devem buscar o “aprender a aprender” e o “aprender a pensar” permitindo maior autonomia, maior capacidade de resolver problemas novos, de adaptação às mudanças, de superação de conflitos, de comunicação, de trabalho em equipes, de decisão ética.

Nessa perspectiva, as Habilidades aparecem divididas em: Básicas - podem ser entendidas em uma ampla escala de atributos que propiciem o desenvolvimento de raciocínios mais elaborados; Específicas - relacionadas aos saberes, saber-fazer e saber-ser; de Gestão - relacionadas às competências de empreendimento, de trabalho em equipe.

Por conta disso, a educação profissional é entendida como estratégia de desenvolvimento, capaz de influir no processo de formação da cidadania e da produção econômica. Em relação à formação da cidadania, pretende-se, em condições favoráveis e através da quali-

dade dos professores contribuir para a formação do “sujeito social”. Em relação ao sistema produtivo interessa um trabalhador capaz de “aprender a aprender”, “saber pensar”, de avaliar processos produtivos, discutir qualidade e alternativas, tomar decisões contextualizadas. Nesse sentido, o trabalhador qualificado interferiria no mercado de trabalho e conseqüentemente na produtividade ganhando mais, consumindo mais e participando mais dos sindicatos, o que poderia vir a interferir no processo de produção.

Interessa pontuar aqui, a importância da formação básica, para que o trabalhador atinja condições qualitativas satisfatórias, tornando-se mais “trabalhador-sujeito”. Mas, o que se questiona é o que existe por trás do discurso e a forma da operacionalização das idéias propostas nesses discursos. No início da “apostila” dos instrutores vem um pedido enfático:

*“ensine para o aluno todas as “dicas”, principalmente relacionadas à sua prática, aquelas que levam o trabalhador a evitar o erro. Ensine-o a prevenir o erro; o que desejamos é que seu aluno seja bem preparado para realizar o serviço do jeito certo”.*

Frigotto (1987), aponta para uma crise do aprofundamento teórico, na questão da relação educação/trabalho, ao nível do sistema educacional e de instituições de formação profissional, bem como no interior da educação sindical e dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, o autor observa que o modo de orientar na prática, a relação trabalho/educação, mesmo em quadros progressistas, passa por duas dimensões: uma moralizante em que o trabalho manual e intelectual aparecem como igualmente dignos, formadores do caráter e da cidadania; e uma dimensão pedagógica em que o trabalho aparece como um laboratório de experimentação - aprender fazendo.

Com isto surge uma constatação - o conhecimento que o trabalhador recebe nos cursos de formação profissional é outro, não coincide com o conhecimento historicamente acumulado, e fica difícil

pensar a educação do trabalhador, sem uma consciência maior adquirida nas apropriações que poderia realizar.

A maneira de operacionalização dos cursos dividindo os conteúdos entre diferentes instrutores - a “parte teórica” (um instrutor mais habilitado - 2º grau completo ou 3º grau) e a parte prática (1º grau incompleto, geralmente) que trabalham completamente desarticulados, ajuda a acentuar a separação teoria/prática. A questão não é apenas um divórcio entre a prática e a teoria, mas uma precariedade da fundamentação teórica e sua transformação em prática. A relação teoria/prática não é compreendida como duas facetas de um mesmo processo, nem é valorizada como tal.

*“não adianta carregar em análises filosóficas das coisas porque eles não têm o menor interesse por isso; eu acho, não estou falando que não é importante, de jeito nenhum, mas tem que dosar, essas pessoas não conseguem ficar paradas uma hora, na sala, vendo teoria.”*

*“você vê, esse instrutor só tem o 1º grau, assim mesmo incompleto, mas ele domina o ofício e por isso ele dá a parte específica do curso”.*

A parte teórica da “apostila” consta de conteúdos referentes às questões chamadas de cidadania: identidade, qualidade do trabalho, direitos e deveres do trabalhador, acidentes de trabalho, postura; e conteúdos referentes ao embasamento prático do trabalho (mistura de tintas, massa, fiação), específicos a cada curso. Com isso o instrutor pretende que o trabalhador consiga “se virar” quando conseguir um emprego. E a teoria é entendida sempre como aqueles conteúdos que fundamentam a prática. Nesse sentido, um pintor de paredes precisa entender de tintas que é o que vai embasar a sua ação.

*“eu gostaria que os nossos cursos tivessem um instrutor só para ministrar a teoria e a prática, ao mesmo tempo, para ir embasando o trabalho; mas com um instrutor prático não dá; às vezes, eu sento com eles e trabalho o conteúdo antes, e você vê, a nossa clientela dos cursos, não sabe ler; então a gente tem que ver como trabalhar a teoria, uma metodologia especial.”*

e realmente essa metodologia especial para trabalhar a “teoria” existe - num

curso de biscoitos, as receitas eram todas feitas através de imagens dos produtos.

Nosella (1987), fala da preocupação em melhorar a “embalagem” dessa mercadoria que ninguém quer, e por causa disso sugerem a criação de mais cursos técnicos ou estágios de qualificação. E os instrutores, com nível de escolaridade mais elevado também expressam a sua preocupação ao pretender trabalhar conteúdos teóricos com uma clientela com tão poucas possibilidades para isso.

E Nosella ainda observa que concepções pedagógicas de cunho assistencialista vão homogeneizando indiscriminadamente qualquer tipo de atividade que sirva para a sobrevivência e, sob a categoria de “trabalho”, inventam cursos para cabeleireiros, manicures, para vendedores de quinquilharias ou para artesanatos caseiros. E adverte, até para engraxates existem cursos!

O coordenador de um curso de crochê, realizado no interior do Estado, queixou-se da falta de frequência das mulheres às aulas, pois

*“elas tinham que fazer o serviço de casa, não tinham com quem deixar seus filhos - não tinham condições de terminar o curso”*

É fato que os alunos não demonstram interesse nas aulas “teóricas”; todo seu interesse está voltado para as aulas práticas, e é nestas que se pode assegurar a sua participação. Nos trabalhos com textos, poucos se oferecem para fazer a leitura - um

ou dois. O mais interessante é que, para os instrutores, esse fato aparece como muito natural, embora eles sempre apontem como importante “a

questão teórica” e nisso reside a contradição. Fica claro que, em cursos de qualificação profissional e para os instrutores, a relação educação/trabalho identifica-se com o prático.

Minayo (1987), observa que o professor como produtor de educação e cultura que é, por profissão, tem que

aprender estratégias questionadoras e transformadoras do próprio processo de produção no qual está inserido. E os instrutores desejam ser chamados de professores - “nós somos professores, por que instrutores?”

É importante pontuar que, se a discussão envolve “os problemas do trabalhador na sociedade contemporânea”, os alunos questionam e participam, mas tem que ser como discussão, “teoria” não (?); “leitura”, nem pensar!

*De como os cursos de qualificação profissional acabam voltando-se mais à economia informal do que ao mercado de trabalho.*

A operacionalização dos projetos de curso de qualificação não é organizada de acordo com uma pesquisa de mercado, embora as Unidades Executoras recebam da SETER, algumas informações a respeito das áreas econômicas de maior carência

*“a gente trabalha de acordo com as necessidades detectadas, assim no dia-a-dia e também um pouco na imaginação; porque a carência é a olho nu, sem precisar de um trabalho mais científico”*

Interessa saber como se dá essa procura. Os instrutores entendem que é para

*... as pessoas buscam os cursos de qualificação para aprender uma atividade que as ajude a sobreviver em tempos difíceis, até porque “não existe emprego”.*

“se aprender um ofício” e assim, quando aparecer um “trabalho” para fazer, eles já sabem e poderão pegar. Nesse sentido, as pessoas buscam os cursos de qualificação para aprender uma atividade que as ajude a sobreviver em tempos difíceis, até porque “não existe emprego”. Mas, segundo o Ministério do

Trabalho / SEFOR (Secretaria de Formação e Desenvolvimento) “os programas de qualificação e requalificação profissional são cursos e treinamentos em habilidades básicas, específicas e de gestão, sempre com foco na empre-

básicas entendem que não qualificam, em função da carga horária muito pouca e da baixa escolaridade dos aprendizes. Por isso, seus alunos não conseguem manejar adequadamente o conhecimento; os cursos viram “treinamentos” e fica difícil perseguir o objetivo da formação de atitude emancipatória, baseada na capacidade de resolver autonomamente os problemas e que exige paralela-

*Por conta disso, os instrutores esforçam-se para que o trabalhador “aprenda” esse ofício, em cursos de qualificação que os instrutores das habilidades básicas entendem que não qualificam...*

mente a capacidade de crítica e auto-crítica.

gabilidade dos treinandos, em face de potencialidades dos mercados de trabalho regionais ou locais”.

Entretanto, apesar das Unidades Executoras afirmarem que escolhem seus cursos baseadas no senso comum, existe pesquisa recente realizada pela Secretaria de Assistência Social e Trabalho (SAST) em nossa cidade, visando a retratar o perfil do mercado do trabalho e que revela a “Oferta de Empregos e o Perfil da Vagas no Município de Campo Grande-MS”, em cujo relatório final apresenta o total da oferta de empregos, por setor de atividade (primário, secundário e terciário) na capital do Estado. Sabe-se que a mesma pesquisa foi realizada, em nível de Estado, pela SETER. O não conhecimento desses dados revela uma desarticulação entre os diferentes órgãos e esferas (municipal/estadual).

“só uma pesquisa poderia fornecer dados seguros, de mercado; além do mais precisava uma articulação maior entre as Secretarias do governo, porque a qualificação profissional tem que caminhar dentro da política de desenvolvimento do Estado”.

É a partir das precariedades nas relações de trabalho, que as pessoas que buscam os cursos de qualificação não esperam a “empregabilidade” mas um espaço para realizar uma atividade quando aparecer e garantir (?) a sobrevivência.

Por conta disso, os instrutores esforçam-se para que o trabalhador “aprenda” esse ofício, em cursos de qualificação que os instrutores das habilidades

mente a capacidade de crítica e auto-crítica.

“no caso de nossos cursos não há relação com a empregabilidade, mas o sujeito quer ampliar a possibilidade de trabalhar informalmente por aí; de repente, ele não se emprega em lugar nenhum, mas se aparecer algum trabalho ele já sabe - essa é uma satisfação que não está relacionada a receber o diploma e sair correndo atrás do emprego”.

A partir dessas reflexões, pode-se questionar ainda a relação custo/benefício desses programas.

Sabe-se que o PLANFOR tem como meta qualificar e requalificar milhões de trabalhadores e para atingi-la prevê a articulação de ações e a mobilização de recursos das mais variadas agências de educação profissional como: Universidades, Redes de ensino públicas e particulares, Instituições de formação profissional, Escolas livres, Sindicatos, Empresas e Ong's.

Entretanto, até que ponto esse investimento realizado atinge o objetivo de “qualificar a clientela para o trabalho” nos termos em que a política nacional propõe ou, até que ponto a avaliação realizada possibilita avançar no acompanhamento desses programas sociais, fica difícil saber.

Importa reconhecer que as avaliações quantitativas são fundamentais quando se trata de dinheiro público; é necessário saber quanto se gasta e para onde o recurso vai; mas se se pretende mudanças nos rumos da política de educação profissional é necessário que se crie outras estratégias de avaliação que pos-

sibilitem ajudar no acompanhamento do impacto dessas políticas na sociedade.

*Sobre trabalho, emprego,  
serviço, ofício - diferentes  
concepções entendidas sob a  
mesma ótica.*

Antunes (1995), questiona se a categoria trabalho estaria perdendo o “estatuto de centralidade”, no universo da práxis humana existente na sociedade contemporânea, em função das transformações agudas presenciadas nos últimos anos, principalmente nos países de capitalismo avançado. Mas, observa que as tendências em curso (a diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos fatores objetivos ou o aumento crescente do capital constante em relação ao variável) não permitem concluir pela perda dessa centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias.

Muito se tem ouvido a respeito da relação educação/trabalho, mas na maioria dos estudos, a noção de trabalho aparece ligada à idéia de profissão, emprego, serviço, e a concepção de curso como uma qualificação para desempenhar essa profissão.

Nosella<sup>7</sup> aponta para a necessidade de se entender essa relação num sentido mais amplo, ou seja, como articulação historicamente concreta do processo educativo do homem com o processo de organização e valorização das forças produtivas.

“se ele for para o mercado de trabalho, a gente já direciona para aquela atividade, se ele está na “limpeza e manutenção” a gente vai na empresa, vê tudo o que ele precisa saber, colhe os dados e trás os conteúdos para serem trabalhados nos cursos”.

Nos depoimentos dos instrutores essa questão aparece muito misturada, bem como nos materiais trabalhados nos

cursos. A palavra trabalho serve para designar qualquer atividade realizada ou a se realizar.

Nos documentos (apostilas) para serem utilizados nos cursos, o que se pode apreender é a orientação de uma equipe, em forma de conteúdos sistematizados para outros (instrutores) desenvolverem. Não se pode observar, através deles, em que condições foram produzidos, nem de que forma os objetivos ali definidos poderiam ser alcançados em cursos rápidos de qualificação profissional.

As reflexões que o material sugere não permitem avançar no entendimento das relações de trabalho, geralmente prendem-se ao dia-a-dia das tarefas; os mecanismos de intervenção são sistematizados em forma de questionários ou dinâmicas de grupo, para facilitar a compreensão da clientela e fica difícil entender qual o real alcance que as apostilas poderiam ter nos alunos, nos instrutores e nas práticas por eles desenvolvidas.

“o que desejamos é que seu aluno seja muito bem preparado para realizar o serviço do jeito certo”.

Ora, os objetivos refletem a “dimensão moralizante” já citada anteriormente “isto estimula o seu envolvimento e sua percepção, sua valorização pessoal e vai conduzi-lo à tão almejada cidadania”

ora, a “dimensão pedagógica”

“o objetivo de seu trabalho, neste projeto, é levar o aluno a conhecer as várias partes do mundo do pedreiro”.

Infelizmente, a relação educação/trabalho está sempre sendo pensada de forma restrita, o que acaba reduzindo a noção de trabalho.

Fica difícil reverter esse quadro porque não há discussão entre os instrutores dos cursos, nem avaliação após o término dos mesmos.

“se existe avaliação nós não tomamos conhecimento; uma vez um professor da UFMS (FAPEC) trouxe uma avaliação para o aluno fazer com 8 folhas. Não vai fazer, nem em uma semana ele faz; isto não é graduação, é pedreiro”.

<sup>7</sup> NOSELLA, Paolo. Aspectos teóricos da pesquisa educacional. Da metafísica ao Empírico, do Empírico ao Concreto. Trabalho elaborado para o curso de Mestrado em Educação. São Carlos, julho de 1984.

A representação de trabalho revelada pelos instrutores e subjacente nos documentos vai se sedimentando a partir da percepção de ocupação, emprego, função, tarefa dentro do mercado. O trabalho aparece como uma “virtude universal” através da qual o trabalhador pode ascender socialmente e conquistar a cidadania.

No capítulo, “Construindo a Cidadania” no material utilizado, aparece o “Estatuto do Homem” de Thiago de Melo para ser trabalhado como texto:

“Fica decretado que agora vale a verdade, que agora vale a vida

e que, de mãos dadas, trabalharemos todos pela vida verdadeira.

Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras

mais cinzentas, tem o direito a converter-se em manhãs de Domingo”.

Da forma como o texto for trabalhado poderá até parecer verdade que coisas tão importantes possam ser resolvidas assim, de maneira tão simples...

Fica difícil pensar na organização de cursos de qualificação profissional com o objetivo de desenvolver conhecimentos e de formar consciência crítica sem uma análise adequada dessas questões.

“nós não fazemos avaliação dos cursos - só assim com os alunos, se gostaram ou não”

De acordo com as políticas públicas na área de Educação Profissional, dotar os trabalhadores de conhecimentos básicos e polivalência é uma exigência da globalização e uma das maneiras de elevar as possibilidades de emprego para o trabalhador e a eficiência da economia.

O PLANFOR tem por objetivo oferecer educação profissional para o trabalhador, através dos programas de qualificação e requalificação. Entretanto, os cursos realizados em nosso Estado têm atingido mais a economia informal do que o mercado e, através dos materiais utilizados, compreende-se que a empregabilidade passa a ser entendida mais, como uma maneira do trabalhador manter o emprego ou estar capacitado para arrumar outro se perder aquele.

Uma ênfase muito presente nos discursos sobre Educação Profissional é

também a questão das “características pessoais” que o trabalhador precisa ter para atender as expectativas da empresa. Mas, Araújo (1999), chama a atenção para os objetivos da empresa em atingir maiores ganhos de produtividade, com a ameaça, quase sempre velada, do fantasma da demissão para o trabalhador. E observa que “qualidade pessoal” é qualidade da pessoa, mas nessas circunstâncias o sujeito dessas qualidades passa a ser o lucro.

No material utilizado para o trabalho com as Habilidades de Gestão, nos cursos, aparece a questão da “Qualidade no Atendimento como fator de produtividade” e no item “Melhorando seu desempenho profissional”, vem toda uma listagem de conteúdos para “se trabalhar os atributos pessoais que o trabalhador precisa “treinar” ou “adquirir” para ser “um bom trabalhador”.

É importante pontuar que os instrutores não estão atentos para essas questões.

“nós temos uma parte teórica, que são também as atitudes deles e toda a forma de eles se comportarem no trabalho - às vezes não sabem falar ou se apresentar bem no local de trabalho”.

Nesse sentido, os próprios trabalhadores são responsabilizados pelas estratégias que poderão levá-los até o mercado - o indivíduo não está apto para acompanhar as mudanças existentes - e as habilidades e conhecimentos passam a ser discutidos como possibilidades de saída, nos cursos de qualificação.

E os instrutores parecem corresponder à expectativa que é depositada neles - fazer a mediação dessas idéias entre a política proposta e o trabalhador a ser qualificado.

Essas “características pessoais” que o trabalhador precisa ter (ou adquirir nos cursos de qualificação) para corresponder às expectativas do mercado construíram um modelo ou padrão que os instrutores entendem que o trabalhador deve corresponder. E correspondem, quando dão tanta importância ao estudo dos atributos para bem desempenhar a profissão.

Nosella aponta como solução para os educadores:

- avançar teoricamente, dando maior rigor aos estudos;
- a prática político-participativa, inserindo os educadores nos movimentos sociais e nas lutas populares de forma organizada e participativa.

O autor entende que só assim os educadores poderiam trocar a bandeira do mínimo que levantaram ingenuamente até agora, pela bandeira do máximo, que exige processo de reestruturação em nível nacional.

É interessante observar que os instrutores, quando se referem aos cursos de Formação de Formadores ou a crescimento profissional, o fazem no sentido de tomar conhecimento das inovações que possam melhorar a sua prática.

“é importante fazer o curso de Formação de Formadores, a gente cresce porque fica a par das novidades para melhorar a nossa prática”.

Se crescimento, para esses instrutores é a apropriação de novas técnicas, o que é a qualificação profissional?

“é o trabalhador ter determinadas noções a respeito do mundo do trabalho que o habilitem a exercer bem a sua tarefa”.

Mas, a concepção de trabalho, subjacente nas propostas dos cursos, é a de que, pelo trabalho “bem feito” e “disciplinado” pode-se ascender socialmente.

“um importante veículo para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas tecnológicas da sociedade como um todo”.

Nesse sentido, o desafio que se impõe para os cursos de qualificação profissional é “como elaborar propostas renovadoras e organizadas, com conteúdos críticos, sem se saber por quem serão mediados e de que forma serão aprendidos”. Não se pode pensar em preparar o trabalhador para o exercício da cidadania, através da discussão de assuntos como identidade, profissão, direitos e deveres, etc. A cidadania tem que ser entendida num

sentido mais amplo. Então, o objetivo não seria “preparar para a cidadania” mas, despertar o trabalhador para o seu exercício. Conforme Resende (1992), cidadania é para ser praticada todos os dias, em todos os lugares, em diferentes situações com variadas finalidades. Não se pode confundir cidadania com atos isolados e eventuais de protestos e reivindicações, muitas vezes justos, porém efêmeros.

Por conta disso, se o cidadão é o indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos, como atingir os objetivos propostos ou, como conseguir isso apenas através dos cursos de qualificação profissional?

### *Concluindo Algumas Questões*

É necessário pontuar aqui que os cursos de qualificação profissional, da forma como vêm sendo realizados, não podem cumprir a função que lhes é atribuída nos discursos oficiais. É inegável o esforço realizado pelas Unidades Executoras em levar à frente a sua atividade, mesmo em condições ruins e com recursos julgados insuficientes - às vezes iniciam o curso sem sair a 1ª parcela do recurso; em outros momentos fazem parcerias com as associações de bairro para cumprir a carga horária referente à parte prática. E essa parceria acaba se tornando, para eles, um “bom resultado” dos cursos porque, para os alunos aprenderem, constróem peças, pintam paredes, consertam fiação

*Mas, a concepção de trabalho, subjacente nas propostas dos cursos, é a de que, pelo trabalho “bem feito” e “disciplinado” pode-se ascender socialmente.*

elétrica e encanamentos, nos bairros da cidade.

Entretanto, a maneira como os cursos são organizados, às pressas (quando os projetos são aprovados) e a procu-

ra de instrutores de última hora acabam interferindo também na consecução dos objetivos, embora fique muito claro que, o discurso proposto na política nacional de Educação Profissional não pode ser alcançado somente em cursos de 70, 75 ou 90 horas, mesmo que eles fossem muito bem organizados, porque essa é uma questão ligada à estrutura mais ampla da sociedade.

*e assim, em alguns cursos contratam-se dois instrutores, em outros fica-se com um só, que, na maioria das vezes é aquele que tem só o 2º grau.*

Essas reflexões foram feitas a partir das entrevistas dos instrutores, das observações realizadas nas aulas ministradas e do estudo do material utilizado e serviram de pano de fundo para a análise das concepções dos instrutores reveladas no encadeamento dos seus discursos.

Entre os aspectos mais citados pelos instrutores dos cursos de qualificação, os dados apontam para:

- a ênfase na importância da atividade prática, tendo em vista uma tarefa a ser realizada;
- o enfoque nas questões trabalhistas e na “embalagem” como provável sobrevivência do trabalhador, no mercado;
- a baixa escolaridade da clientela que procura os cursos e que se camufla na causa do enfoque da praticidade;
- a vivência das atividades propostas no material de apoio;
- o crescimento profissional entendido como renovação da técnica e a questão da qualificação compreendida como aprender um ofício para conseguir ou manter um “trabalho”;
- a teoria vista como o referencial que embasa as atividades, para melhor desenvolvê-las;
- o fantasma do desemprego, que empurra a clientela para a economia informal.

Segundo a percepção dos coordenadores, pela falta de oferta de emprego no mercado, as Unidades Executoras deveriam se preocupar com a questão da geração de renda para os “qualificados”, organizando cooperativas e/ou mecanismos que pudessem gerar “trabalho e

renda”. Algumas Unidades já fazem isso, criando uma “Unidade de Profissionalização”, isto é, mantêm, dentro da instituição, uma confecção (de salgados, biscoitos, etc) que é aberta ao público, como forma de atingir incentivo financeiro ao aprendiz, a sua inserção no mercado de trabalho (um modo de capacitação continuada) e a auto-sustentação da Unidade.

Não se questionou aqui a questão da competência do instrutor nem da clientela que sai dos cursos de qualificação, mas como é vista a relação educação/trabalho no âmbito

das políticas e sua conseqüente operacionalização, embora não se possa negar a importância da qualidade dos recursos humanos envolvidos nessa operacionalização.

Existe uma problema a permear essa questão, segundo a ótica dos profissionais envolvidos - os instrutores que dominam a prática para “ensinar” os alunos a pintar paredes, consertar canos, fazer biscoitos (1º grau incompleto) ou “manejar” computador (2º grau completo) não são os mesmos que dominam a “teoria” e assim, em alguns cursos contratam-se dois instrutores, em outros fica-se com um só, que, na maioria das vezes é aquele que tem só o 2º grau.

Entretanto, as entrevistas com esses instrutores levou-os a repensar as suas experiências e a retomar um pouco o seu significado, colocando que seria muito importante “sentarem para discutir” esses cursos, instrutores e coordenadores juntos e “avaliarem melhor” os resultados. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa, com entrevistas livres, acaba levando as pessoas a uma percepção maior da própria atividade realizada, o que pode vir a fornecer a criação de condições para uma ação mais refletida nas intervenções nos programas de formação profissional, com a inclusão de estu-

dos que favoreçam uma retomada de postura dos elementos envolvidos.

Esses estudos, teriam que envolver, necessariamente a questão da educação como prática social, que não pode estar dissociada da formação de professores nem da análise do papel da educação na sociedade, e que deve vir vinculada a um projeto político-pedagógico. Deveriam envolver também uma aprofundamento na análise da articula-

ção educação/trabalho que esclarecesse melhor as relações de trabalho na sociedade.

Essas reflexões poderiam levar os instrutores a se tornarem menos repetidores das próprias experiências, mais criadores na atividade docente que executam e mais participativos no movimento pelo esforço de ajudar os trabalhadores na luta pela conquista de seus direitos civis e políticos.

## Bibliografia

- 1 - ARAÚJO, R. M. As Novas Qualidades Pessoais Requeridas pelo Capital. In: *Trabalho e Educação*. Revista da Net. Jan/Julho de 1999. UFMG.
- 2 - ANDRÉ, M.E. *A Abordagem Etnográfica: Uma Nova Perspectiva na Avaliação*. Tecnologia Educacional (24) set/out, 1978.
- 3 - ANTUNES, R. *Adeus do Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- 4 - APPLE, M. & TEITELBAUM, K. Está o Professorado Perdendo o Controle de suas Qualificações e do Currículo. *Teoria e Educação*. Porto Alegre(4): 62-73, 1991.
- 5 - FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador. In: *Trabalho e Conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1995.
- 6 - GATTI, Bernadete. *Professores Primários no Brasil*. INEP/FCC, 1994 (Relatório).
- 7 - LEONTIEV, A. N. *Actividad, Consciencia y Personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciências del Hombre, 1978.
- 8 - ———. *O Desenvolvimento do Psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- 9 - LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marly E. D. Affonso. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- 10 - MARX/ENGELS. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- 11 - MARX, K. *O Capital I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- 12 - MINAYO, C. G. *Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.
- 13 - MTB/SEFOR. *Termos de Referência dos Programas de Educação Profissional*. Brasília, 1996.
- 14 - ———. *Habilidades, Uma Questão de Competências?* Brasília, 1996.
- 15 - ———. *Educação Profissional: Um Projeto para o Desenvolvimento Sustentado*. Brasília, 1995.
- 16 - NOSELLA, P. Trabalho e Educação. In: *Trabalho e Conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1995.
- 17 - OLIVEIRA, R. Empregabilidade e Competência. In: *Trabalho e Educação*. Revista da Net - Jan/Julho de 1999. UFMG.
- 18 - PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de Professor no Brasil em Nível de 2º Grau*. IN: Anais do Seminário sobre a Formação de Professores para a Educação Básica. MEC/UNESCO, 1994.
- 19 - RESENDE, Ênio. *Cidadania*. São Paulo: Summus, 1992.
- 20 - RICO, E. M. (org). *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Gestão em Debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- 21 - STRECK, Danilo (org.). *Educação Básica e o Básico na Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1996.